

# Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 18 - 26 de outubro de 2009

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- Lamy: é necessário acelerar as negociações para concluir Doha antes de 2010 ..... 1
- Negociações climáticas de Bangoc: pouco progresso antes de Copenhague..... 3
- G-20: a caminho de uma nova ordem econômica internacional? ..... 5

## NOTÍCIA REGIONAL

- São Paulo aprova Política de Mudanças Climáticas e assume meta de redução de emissões ..... 7

## BREVES MULTILATERAIS

- Grupo dos EUA lança campanha por guinada na OMC..... 8
- Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC pede definição sobre bens ambientais..... 9

## BREVES REGIONAIS

- Projeto de lei que restringe posse de terras por estrangeiros na Amazônia avança no Congresso ..... 10
- Continente africano articula-se para a COP 15..... 11
- Greenpeace adverte sobre fraude em projeto REDD ..... 12

## EVENTOS

- Fóruns Multilaterais..... 13
- Fóruns Regionais ..... 14

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

### Equipe editorial:

Adriana Verdier  
Michelle Raton Sanchez  
Manuela Trindade Viana  
Daniela Helena Oliveira Godoy  
Leonardo Margonato Ribeiro Lima  
Adriane Nakagawa  
Thiago Dias Oliva

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### Lamy: é necessário acelerar as negociações para concluir Doha antes de 2010

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, advertiu os delegados presentes à reunião do Conselho Geral da OMC de que deverão acelerar o passo das discussões caso queiram concluir o acordo comercial global até o final de 2010. Durante o encontro, realizado no último dia 20 de outubro, foram abordados temas relacionados à conferência ministerial da OMC, programada para 30 de novembro.

Ao dirigir-se aos delegados em suas observações introdutórias, Lamy foi franco ao avaliar o progresso alcançado nas negociações desde a última reunião do Conselho Geral, ao final de julho. Diferentemente de outras ocasiões, desta vez o diretor-geral adotou um tom pessimista.

“Será difícil atingir o prazo de 2010 sem uma verdadeira aceleração no ritmo dos trabalhos”, afirmou Lamy aos presentes, referindo-se à meta estabelecida pelos líderes mundiais para a conclusão bem-sucedida da Rodada Doha. “Precisamos ver negociações reais ocorrerem, e não apenas consultas informais e discussões”, prosseguiu Lamy. “É preciso fazer isso de uma maneira abrangente, que não deixe interesses para trás”.

Lamy reconheceu, contudo, que as discussões “alcançaram certo progresso” em matéria de facilitação ao comércio e que compromissos foram assumidos quanto a temas procedimentais sobre os modelos e as listas de concessões nas negociações sobre bens agrícolas e industriais.

O diretor-geral também informou sobre as consultas realizadas recentemente acerca de dois

temas de propriedade intelectual em torno dos quais ainda havia divergência: (i) a extensão da proteção de indicação geográfica a todos os produtos; e (ii) a relação entre a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês). O encontro, presidido por Lamy em 8 de outubro, teria resultado em avanços modestos. “A discussão foi altamente técnica e detalhada. No entanto, persistem discordâncias quanto ao conteúdo”, relatou Lamy.

### **Aos poucos, surgem detalhes sobre a ministerial**

A conferência ministerial da OMC, prevista para os dias 30 de novembro a 2 de dezembro, em Genebra, foi um dos temas principais da agenda do Conselho Geral.

O embaixador Mario Matus do Chile, atual presidente do referido Conselho, informou os delegados presentes acerca dos desdobramentos nas consultas que realizou com os membros da OMC sobre a dinâmica da reunião ministerial. O foco desta incidirá sobre o “trabalho regular” da Organização, e não sobre as negociações da Rodada Doha.

Ainda, Matus afirmou que o ministro de comércio do Chile, Andrés Velasco, deverá presidir a ministerial, enquanto os ministros de Egito, Indonésia e Suíça deverão ocupar a vice-presidência. Até o momento, parece ser consensual a inclusão de três itens na agenda da ministerial, segundo reportou Matus: (i) as reclamações de não-violação (*non violation complaints*) em matéria de TRIPS; (ii) o comércio eletrônico; e (iii) uma proposta circulada recentemente, sob o título de “Strengthening the WTO” (“Fortalecendo a OMC”, em português).

A última das três propostas apresenta larga base de aceitação até o momento: 18 países manifestaram apoio ao texto, dentre os quais se destacam Brasil, Estados Unidos da América (EUA), Índia, México e Uruguai. A proposta – que determina a instauração, pelo Conselho Geral, de um “processo deliberativo apropriado para revisar o funcionamento, a eficiência e a transparência da Organização e considerar

possíveis aprimoramentos” – também foi bem recebida por outros membros, segundo Matus.

O novo documento gerou entusiasmo entre especialistas do comércio internacional. “Este é um desdobramento muito interessante”, afirmou Aaron Cosbey, consultor sênior sobre comércio e investimento no Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD, sigla em inglês). “Os membros entendem que não podem vincular todo e qualquer progresso aos resultados da Rodada Doha, visto que esta abordagem pode não trazer resultados”, afirmou. “Este é o primeiro sinal de um caminho para progredir em quaisquer temas fora de Doha; pode anunciar mais possibilidades substantivas no futuro, além de ser um sinal de maturidade institucional muito bem-vindo”.

Os apoiadores da proposta indicaram preferência pela inclusão, no texto, do relatório a ser divulgado pela presidência após a conferência ministerial. Até o momento, considera-se este resumo o único “documento de resultados” a ser esperado da reunião, afirma Matus. Segundo fontes consultadas, considera-se também a possibilidade de uma declaração ministerial oficial, mas, por enquanto, a adoção desta parece improvável.

A respeito da reunião, Lamy esclareceu seu escopo: “[e]speramos que os ministros que virão a Genebra tratem de alguns temas-chave acerca da OMC e do sistema de comércio multilateral”. E acrescentou: “[é] chegada a hora de dar oportunidade aos ministros para debaterem sobre temas mais amplos e sistêmicos, de modo a conferir um direcionamento à OMC para os próximos anos”.

“Entretanto, parece existir alguma confusão neste ponto. Isto não significa que os pronunciamentos dos ministros ou suas discussões não possam tratar do tema da Rodada Doha ou de suas negociações específicas”, prosseguiu Lamy. Pelo contrário, o programa de trabalho da Rodada Doha constará oficialmente na agenda de discussões da conferência ministerial.

Contudo, países-chave planejam reuniões entre seus ministros paralelas à conferência, com vistas a discutir principalmente a Rodada Doha. Afirma-se

que o Brasil estaria organizando estes encontros fechados para o final de semana anterior à realização da conferência.

### UE deverá sediar o G-14

Enquanto os preparativos para a ministerial ganham impulso, oficiais de comércio continuam a trabalhar na Rodada Doha. Por exemplo, a União Europeia (UE) recebeu, na semana passada, oficiais do chamado G-14 para uma sessão de negociações sobre a rodada. O G-14 é composto por Austrália, Brasil, Canadá, China, Egito, EUA, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, África do Sul e UE.

Os encontros visavam a impulsionar as negociações e, segundo um delegado europeu no Conselho Geral, os resultados de tais consultas seriam integrados ao processo multilateral. Contudo, diversas delegações manifestaram descontentamento com a falta de transparência de tais encontros. Nesta mesma linha, Lamy declarou que “precisamos assegurar maior transparência quanto a discussões bilaterais, de modo que cada membro se sinta incluído no processo global”, argumentou.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 36, 21 out. 2009.

---

## Negociações climáticas de Bangoc: pouco progresso antes de Copenhague

Em sua maior decisão no âmbito comercial desde que assumiu o poder em janeiro, o presidente estadunidense Barack Obama anunciou, em 11 de setembro, que os Estados Unidos da América (EUA) aplicarão tarifa de 35% sobre os pneus chineses. Trata-se de uma tentativa de proteger os produtores nacionais do que a Secretaria de Imprensa da Casa Branca convencionou chamar de aumento “exponencial” nas importações destes produtos.

A decisão provocou a reação imediata da China, que instaurou, três dias depois, uma demanda perante a Organização Mundial do Comércio

(OMC) contra as novas medidas, sob o argumento de que as tarifas violam as regras do comércio internacional. Paralelamente, Pequim anunciou que pretende iniciar investigações antidumping sobre as exportações estadunidenses de autopeças e produtos avícolas.

“Este é um ato grave de protecionismo”, disse o ministro de comércio da China, Chen Deming, sobre as novas medidas de Washington. “Elas não apenas violam as regras da OMC, como também contrariam compromissos assumidos pelo governo dos EUA no contexto da cúpula financeira do G20”.

As medidas ad valorem, as quais devem entrar em vigor a partir de 26 de setembro, durarão três anos e serão reduzidas de 35% para 30% no segundo ano, e para 25% no último período. As tarifas são acumuladas ao tributo de 4% já cobrado por Washington sobre as importações de pneus chineses.

Washington não alega qualquer violação chinesa às regras comerciais na justificação das novas medidas. Segundo declarações oficiais, a Casa Branca está simplesmente fazendo uso da cláusula de “salvaguarda transitória para produto específico”, a qual foi escrita como condição à acessão da China à OMC em 2001. Esta medida foi positivada na Seção 421 da Lei de Comércio dos EUA (US Trade Act) e prevê uma proteção especial contra surtos em potencial de importações para os membros da OMC que teriam maior dificuldade em se ajustar ao novo papel da China na economia mundial. A medida expirará em 2013.

Em abril, a União dos Operários Siderúrgicos, entidade sindical baseada em Pittsburgh, solicitou à Comissão de Comércio Internacional dos EUA (ITC, sigla em inglês) – agência federal independente responsável pela avaliação de reclamações comerciais – que investigasse se as importações dos pneus chineses se enquadravam nos critérios para determinação de “perturbação de mercado”. Assim, seria possível invocar a salvaguarda da Seção 421. A entidade alegou que as importações de pneus chineses mais do que triplicaram entre 2004 e 2008 e que a produção estadunidense de pneus diminuiu em 25% no

mesmo período, provocando o fechamento de fábricas e a perda de mais de 4.400 empregos.

Como conclusão, a ITC recomendou aos EUA o estabelecimento de tarifas com três anos de duração sobre os pneus chineses, começando em 55% e reduzindo em 10% a cada ano. A Seção 421 atribui ao presidente maior discricionariedade sobre as medidas de salvaguarda necessárias. Obama teve até o dia 17 de setembro para tomar sua decisão.

A ITC recomendara quatro vezes ao ex-presidente George W. Bush que invocasse a salvaguarda, mas ele rejeitou todas as recomendações. Agora, com um líder amistoso às causas trabalhistas na Casa Branca, as entidades sindicais previram uma decisão a seu favor. Obama foi amplamente apoiado por tais entidades durante a sua campanha eleitoral no ano passado e, atualmente, busca seu endosso nos debates relativos à reforma do sistema de saúde estadunidense.

No entanto, as indústrias dos EUA não apoiaram totalmente as novas tarifas. Duas das maiores companhias estadunidenses de pneus – Cooper Tire e Rubber Company e Toyo Tires – opuseram-se às recomendações da ITC, sob alegação de que as tarifas propostas limitarão as suas atividades na China, onde as duas companhias operam, trazendo a elas mais prejuízo do que benefícios. No entanto, Obama ficou ao lado das entidades sindicais; o anúncio foi realizado em 11 de setembro.

“Nenhum sistema de comércio vai funcionar se nós falharmos em cumprir com os nossos acordos comerciais”, disse Obama em discurso proferido em Wall Street no dia 14 de setembro. O presidente destacou, ainda, que a evocação de provisões de acordos existentes não busca promover o protecionismo, mas sim operar a favor da manutenção de um sistema de comércio aberto e livre.

### **Em resposta, China pressiona os EUA**

Pequim respondeu vigorosamente ao pronunciamento de Obama, apresentando rapidamente demanda na OMC para desafiar oficialmente as novas medidas. Uma declaração emitida pela missão chinesa na Organização

acusou Washington de “abusar das medidas de defesa comercial”. “Este foi um mal-uso das medidas de salvaguarda especial, servindo de exemplo errado ao mundo”, disse o ministro chinês de comércio, Chen Deming.

Cabe destacar que líderes mundiais prometeram, na cúpula do G20, ocorrida em abril, evitar a adoção de novas medidas que restrinjam o comércio global no contexto de recuperação da economia mundial. Mais do que violar o compromisso do G20, entretanto, Pequim insiste que as novas tarifas de Washington não podem ser justificadas com base nas leis comerciais existentes. As exportações de pneus da China aos EUA caíram 16% na primeira metade do ano em comparação com o mesmo período de 2008, insistiu o ministro do comércio da China, e as exportações de 2008 aumentaram apenas 2,2% em comparação com 2007.

Seguindo o pedido de Pequim por consultas, os dois lados terão 60 dias para tentar resolver a questão de forma bilateral. Se nenhuma solução for possível, a China terá o direito de solicitar à OMC que inicie um painel de disputa para solucionar o caso.

### **O que está em jogo**

As tensões acerca dos pneus ameaçam atingir rapidamente outras áreas do comércio bilateral dos dois países, já que Pequim revelou que prepara investigações antidumping sobre as importações estadunidenses de autopeças e produtos avícolas.

China e EUA são o segundo maior parceiro comercial um do outro – o maior parceiro da China é a União Europeia, enquanto que o maior parceiro dos EUA é o Canadá. Contudo, no que diz respeito ao comércio, as relações bilaterais têm maior significado para Pequim do que para Washington: as exportações da China aos EUA correspondem a 6% do rendimento total da economia chinesa, 13 vezes mais do que a porção da economia estadunidense representada pelas exportações dos EUA à China, de acordo com relatório do *The New York Times*. No entanto, o país asiático é titular de grande parte da dívida estadunidense, e a massiva venda dos Títulos do

Tesouro Estadunidense pode prejudicar seriamente a economia dos EUA.

As consequências da disputa dos pneus para outras áreas das relações sino-estadunidenses têm sido objeto de muita especulação entre analistas. Certamente há muito em jogo: os dois países já estão profundamente engajados em conversas sobre como lidar com as mudanças climáticas, a economia mundial e as ambições nucleares da Coreia do Norte.

A Casa Branca insistiu que as novas disputas comerciais não inviabilizariam o diálogo na Cúpula do G20, ocorrida nos dias 24 e 25 de setembro em Pittsburg, ocasião em que Obama encontrou com o presidente chinês, Hu Jintao, e outros líderes mundiais. Alguns especialistas discordaram.

“As restrições ao comércio com base na Seção 421 não devem ser entendidas pelos chineses, sob hipótese alguma, como diretiva do presidente dos EUA”, disse Daniel Ikenson do Instituto Cato, baseado em Washington. “Se assim for, as medidas tomadas e as consequências poderão ser profundas”.

Mas Edward Gresser, do Progressive Policy Institute, identifica exageros em algumas das reações às tarifas. “Especialistas e observadores do comércio veem as tarifas como um grande acontecimento. Para comerciantes liberais, elas correm o risco de ser o primeiro passo rumo ao fechamento dos mercados mundiais ao estilo do ocorrido nos anos 30. Populistas alertam acerca das pressões sobre a competição e, por outro lado, as enxergam como um ato corajoso de apoio aos trabalhadores estadunidenses e contra estrangeiros”, escreveu para o The Yale Global Online. “Provavelmente os dois estão errados. As tarifas sobre os pneus chineses provavelmente não vão causar uma guerra comercial trans-Pacífico, e também não farão diferença significativa para os negócios estadunidenses no setor dos pneus”.

Tradução de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 31, 16 set. 2009.

---

## G-20: a caminho de uma nova ordem econômica internacional?

As vinte economias mais importantes do mundo têm a possibilidade de modificar as atuais regras do jogo, com vistas a evitar os erros do passado. Dentre as medidas, conceder mais voz e presença às potências emergentes, promover a regulação financeira no plano internacional e implementar mecanismos para o equilíbrio de poderes são itens prioritários. É nesse sentido que a atual agenda do G-20 tem procurado avançar.

Após dois grandes encontros – em Washington e Londres –, promovidos para abordar de forma global os efeitos da crise econômica, a atenção internacional voltou-se a Pittsburg, onde chefes de Estado e de governo reuniram-se, em 24 e 25 de setembro, para realizar uma avaliação dos sinais incipientes de recuperação na economia, bem como de outros temas pendentes.

### Os anúncios políticos

Um dos pontos mais significativos do encontro foi o debate sobre a reestruturação da ordem econômica internacional. Nesta ocasião, sustentou-se que alguns países – por exemplo, a China – desempenhariam papel preponderante nesse processo, o que obedeceria não somente à realidade geopolítica internacional, mas também à necessidade de incorporação de tais países na articulação de soluções globais para a crise econômica. Dessa forma, o G-20 tornou-se o principal fórum de coordenação para os assuntos econômicos internacionais, suplantando o G-8, constituído apenas por países industrializados.

Contudo, a abertura concedida pelos países desenvolvidos (PDs) – especialmente os Estados Unidos da América (EUA) – vem acompanhada por certas exigências. O presidente estadunidense, Barack Obama, espera que as economias fortemente dependentes de exportações, como os casos da China e da Alemanha, fomentem o consumo doméstico e diversifiquem os mercados de destino de seus produtos. Por sua vez, países como os EUA, altamente endividados, devem incentivar vigorosamente a redução de gastos. Segundo especialistas, o agravamento da crise deve-se, em parte, ao superávit chinês e às grandes

reservas de dólares estadunidenses acumuladas pela potência asiática em meio a seu crescente dinamismo econômico. Em vista deste quadro, é necessário empregar os recursos em investimentos seguros.

O ímpeto reformista inclui uma mudança na forma de representação e nos direitos de voto junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Tradicionalmente, a União Europeia (UE) e os EUA mantiveram o controle da instituição encarregada de conceder empréstimos aos países, uma vez que detêm 57% de participação no Fundo. A proposta de aumentar em 5% a participação dos países em desenvolvimento (PEDs) permitiria um equilíbrio, ainda que formal, na tomada de decisões.

A regulação do sistema financeiro, a restrição aos bônus dos altos executivos bancários e os planos de estímulo fiscal constituíram os temas mais delicados discutidos na cúpula. Com relação ao primeiro deles, vislumbra-se o ano de 2012 como prazo para a implementação de normas que desestimulem o risco excessivo e, dessa forma, evitem a ocorrência de uma nova crise econômica. Em relação aos bônus, França e Alemanha defenderam o estabelecimento de restrições explícitas, proposta distante daquela apresentada por EUA e Inglaterra, a qual foi acatada ao final da cúpula. No que toca aos planos de estímulo fiscal, os mandatários decidiram dar seguimento à sua implementação, até que a normalização da situação se consolide.

### **Combustíveis e mudanças climáticas**

As decisões do G-20 também contemplaram a eliminação, no médio prazo, dos subsídios ao petróleo e a outros combustíveis fósseis. Segundo comunicado resultante do encontro, as fontes energéticas desta categoria “promovem consumo excessivo, distorcem os mercados, impedem o investimento em fontes de energia limpa e minam os esforços para lidar com as mudanças climáticas”.

Apesar de seu caráter urgente, o tema das mudanças climáticas foi abordado de forma tímida no encontro das lideranças: o G-20 limitou-se a manifestar sua intenção de intensificar os esforços para alcançar um acordo em Copenhague. A

menção aos subsídios, bem como a apresentação de um plano de ação nesta esfera, representaria o maior avanço da cúpula no campo ambiental, porém propósitos “mais verdes” não foram incorporados à declaração.

### **Comércio**

A Rodada Doha foi novamente mencionada no comunicado do G-20. Os integrantes reiteraram seu compromisso com a liberalização comercial e com a conclusão de um pacote equilibrado e ambicioso até 2010. Os líderes defenderam que todos se engajassem para cumprir esta meta, assim como para revisar os progressos no início de 2010. Contudo, permanece o receio de que o discurso não se traduza em ações concretas por parte dos governos.

Em setembro, os ministros de comércio reunidos em Nova Delhi mostraram entusiasmo em avançar nas negociações da Rodada Doha, estagnadas desde julho de 2008. Porém, dias depois, em Genebra, os negociadores manifestaram descrença em relação a um acordo, à luz dos tímidos avanços alcançados nas negociações. O impulso frustrado foi novamente atribuído à falta de compromisso dos EUA, que possuem outras prioridades em sua agenda e insistem em retomar os textos negociados em dezembro de 2008. Essa postura é vista pelos demais países como demonstração persistente de inflexibilidade.

### **Quando será o momento de aplaudir?**

É difícil avaliar a efetividade do G-20, tendo em vista que o discurso por vezes não se traduz em ações concretas. As promessas de resistência ao protecionismo, por exemplo, mostram-se frágeis diante das 121 medidas deste tipo impostas pelos países do Grupo desde novembro passado, quando foi realizada a primeira cúpula.

Um dos principais desafios colocados ao G-20 será repassar a mensagem aos congressos e ministros na esfera nacional de cada um dos países. É nesta esfera que as decisões internacionais do fórum tomam forma e afetam diretamente a população, a mais prejudicada pela crise econômica internacional e pela inércia observada em todos os níveis.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes*, Vol. 10, No. 4 - set. 2009.

## NOTÍCIA REGIONAL

### São Paulo aprova Política de Mudanças Climáticas e assume meta de redução de emissões

A Assembleia Legislativa do estado de São Paulo aprovou por unanimidade, no último dia 13, o projeto de lei que cria a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC). O documento, que tem sido discutido desde o início do ano, abrange as problemáticas mais atuais sobre o tema e foi elaborado com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de contribuições da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo (SEMA) e da Companhia Ambiental do estado de São Paulo (CETESB).

Dentre as medidas, destaca-se a proposta de redução de 20% das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) até 2020, tendo por ano-base 2005. A atuação da PEMC será abrangente, envolvendo a integração de dados técnicos, bem como o apoio a agentes públicos e ao setor privado.

#### Unificação técnica: radiografia das fontes de emissão

De acordo com a PEMC, os municípios deverão apresentar a Avaliação Ambiental Estratégica, análise quinquenal das interações entre programas públicos e privados em matéria de mudanças climáticas. Nessa mesma linha, será instaurado o Registro Público de Emissões, que se processará mediante a certificação voluntária das empresas. O governo pretende estimular a adesão ao programa por intermédio da promessa de ampliação do prazo para renovação das licenças ambientais, redução das taxas de juros para financiamentos públicos e do oferecimento de incentivos fiscais.

#### Mitigação de mudanças climáticas

Para atender às metas da PEMC, a iniciativa privada deverá incorporar propostas de redução

de emissões aos projetos de instalação de empresas. De acordo com o texto legal, o governo fornecerá a assessoria e capacitação para pequenos empresários.

Além disso, o projeto prevê uma série de medidas de prevenção e mitigação alinhadas com esforços internacionais, como o “Fundo Verde” de € 15 bilhões, sugerido pela União Europeia (UE). A PEMC prescreve a criação do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop), que oferecerá recursos a projetos para regiões e setores econômicos afetados por catástrofes naturais; do Plano Emergencial Contra Catástrofes, que pretende fornecer respostas rápidas a eventos naturais extremos. Por fim, o Programa de Remanescentes Florestais visará à recuperação das matas ciliares e poderá instituir o pagamento de serviços ambientais para proprietários rurais que conservam suas posses.

#### Propostas locais concretas

O amplo escopo da proposta e, sobretudo, a ambição contida na meta assumida, receberam críticas de alguns representantes do setor privado, que interpretaram o projeto como uma ameaça ao desenvolvimento econômico.

Não obstante, para Oswaldo Lucon, assessor técnico da SEMA, esses temores não apresentam argumentos consistentes. A PEMC insere-se em um contexto de alteração dos padrões do consumo, considerado fundamental para lidar com os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Assim, a postura do governo do estado de São Paulo seria a de priorizar a adoção de medidas objetivas de redução de emissões. Na visão do especialista, a PEMC coloca São Paulo para além do conteúdo meramente programático, que tem sido discutido no âmbito da implantação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Para definir os 20% de redução nas emissões, consultaram-se metas definidas local e internacionalmente. Por exemplo, a UE almeja reduzir as suas emissões em 20%, enquanto o Japão trabalha com a hipótese de 15% de redução até 2020, ambos com referência aos níveis de 1990.

Embora com proporções diferentes, tais esforços – tanto no nível internacional como nacional – estão relacionados à capacidade de financiamento dessas mudanças. Os recursos para o Fecop e para os planos dependerão das prioridades envolvidas no orçamento público. As limitações sobre a possibilidade de aumento da arrecadação mediante criação de tributos impõem uma reflexão sobre os mecanismos mais atrativos para participação do setor produtivo nas novas diretrizes da PEMC. Para Lucon, o elemento-chave seria a conscientização dos agentes públicos e privados acerca da necessidade e da possibilidade real de reformas no modelo de produção.

### Na esteira da COP 15

À medida que a 15ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) se aproxima, a tendência é que mais estados apresentem políticas de mudanças climáticas. A incorporação de programas alinhados às tendências mundiais em desenvolvimento sustentável pode agregar pontos positivos ao portfólio do Brasil que será levado a o Copenhague.

Essa é uma posição relevante, em um momento que a recuperação pós-crise tem suscitado o receio de que haja uma escalada do nível de emissões em decorrência da retomada da atividade econômica. Por enquanto, há uma expectativa de que Bahia, Paraná e Santa Catarina sejam os próximos a elaborarem suas políticas em matéria de mudanças climáticas.

Para mais informações sobre a PEMC, acessar: <<http://www.inovacao.unicamp.br/report/intepoliticaclimas090216.pdf>>.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Greenpeace. *Amazonas terá primeira Política Estadual de Mudanças Climáticas do País*. (31/05/2007). Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/amazonia/noticias/amazonas-tera-primeira-pol-tic>>. Acesso em: 22 out. 2009.

Estado de São Paulo. *São Paulo aprova política de mudanças climáticas*. (14/10/2009). Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,sa-o-paulo-aprova-politica-de-mudancas-climaticas,450421,0.htm>>. Acesso em: 20 out. 2009.

Nossa São Paulo. *Entrevista com Dr. Paulo Saldiva*. (20/07/2009). Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/8803>>. Acesso em: 19 out. 2009.

BBC. *Europe in tussle over CO2 emissions*. (24/09/2009). Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8273016.stm>>. Acesso em: 16 out. 2009.

## BREVES MULTILATERAIS

### Grupo dos EUA lança campanha por guinada na OMC

Entidade civil baseada em Washington, a Public Citizen's Global Trade Watch (PCGTW) lançou uma campanha multinacional no intuito de promover uma guinada na Rodada Doha de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). No entendimento da organização, o modelo de liberalização discutido atualmente trará prejuízos econômicos, aumentará o fluxo de importações perigosas e dificultará a estabilização da economia.

De acordo com Lori Wallach, diretora da entidade, a campanha deverá incluir protestos em diversas capitais ao redor do mundo e poderá levar manifestantes a Genebra por ocasião da conferência ministerial. “A crise econômica evidencia a ameaça que o modelo de globalização e desregulação adotado pela OMC representa para os empregos e a segurança econômica. Redesenhar as regras atualmente vigentes será essencial para a recuperação”, afirmou.

O primeiro dia da ministerial coincidirá com o 10º aniversário dos protestos em Seattle. Estas manifestações impediram a realização da conferência que daria início à atual Rodada. Os organizadores da campanha apegaram-se a essa data e pretendem utilizá-la como oportunidade para “celebrar o espírito de Seattle”. O

secretariado da OMC considera a sobreposição uma mera coincidência.

Andy Gussert, diretor nacional da iniciativa The Citizen's Trade Campaign, declarou: "Quando a OMC agendou sua ministerial para o mesmo dia do aniversário dos protestos em Seattle, as pessoas que trabalham conosco sentiram-se compelidas. Elas interpretaram isso como um chamado à mobilização".

Como parte da campanha, o grupo criou uma petição online dirigida ao presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama. Em trecho da carta, os manifestantes expressam suas expectativas: "A crise econômica tem demonstrado de forma dolorosa que as regras da economia global nos desapontaram. Já é tempo de redirecionar a OMC. Nós apoiamos os compromissos assumidos durante a sua campanha, quando prometeu criar uma nova política comercial que beneficie a todos, e não apenas a alguns. Estamos dispostos a lutar por uma guinada na OMC, a qual esperamos que o senhor lidere".

Todos os olhos voltam-se aos EUA nos próximos meses, enquanto os delegados se esforçam para concluir as negociações lançadas em novembro de 2001, com o mote de auxiliar os países em desenvolvimento (PEDs) a crescer por meio do comércio. Segundo as reclamações dos delegados sediados em Genebra, os EUA ainda não se engajaram nas negociações, e esta hesitação seria o principal motivo do entrave na Rodada.

O website da campanha encontra-se em: <<http://www.wtoturnaround.org/>>.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, V. 13, N. 36 - 21 out. 2009.

---

## **Comitê de Comércio e Meio Ambiente da OMC pede definição sobre bens ambientais**

Os delegados comerciais obtiveram poucos progressos em matéria de liberalização do comércio para bens ambientais na reunião mais

recente do Comitê de Comércio e Meio Ambiente (CTE, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Por ocasião das sessões informais de negociação que ocorreram em 24 e 25 de setembro, o presidente do Comitê, o embaixador filipino Manuel Teehankee, pediu que os membros da OMC submetessem listas específicas de bens ambientais antes da próxima rodada de negociações do CTE, programada para a semana de 16 de novembro. Segundo Teehankee, tais listas devem incluir os bens que constituirão objeto do processo de "petição-oferta". Esse procedimento consiste na troca de propostas e ofertas específicas entre os membros. Em geral, esse intercâmbio desencadeia uma série de sessões bilaterais e plurilaterais, ao final das quais os compromissos adquirem natureza vinculante.

Também, solicitou-se aos membros que enviassem propostas concretas acerca de como o CTE deve lidar com assuntos sobrepostos ou temas relacionados ao desenvolvimento, a exemplo de transferência de tecnologia, tratamento especial e diferenciado e assistência técnica e capacitação. No que tange ao parágrafo 31, itens (i) e (ii) – seções da Declaração de Doha que tratam da relação entre as regras da OMC e os acordos ambientais multilaterais –, o presidente do Comitê sugeriu que os membros começassem a se preparar para as negociações com base em textos, previstas para novembro e fevereiro. Ainda, foi proposta a continuidade das consultas e discussões sobre a liberalização dos bens ambientais (Parágrafo 31, item (iii)) nos próximos encontros, para os quais o secretariado fará uma compilação dos documentos enviados pelos membros da OMC.

Contudo, de acordo com um delegado de um país em desenvolvimento (PED), nem todos os membros da OMC se mostraram preparados ou desejosos a elaborar propostas sobre produtos específicos. Argentina e Índia salientaram que, além da abordagem de listas e de "petição-oferta", outras propostas deveriam ser consideradas, por exemplo, a abordagem de projeto integrado. A despeito da manifestação, o presidente do CTE esclareceu que o processo sugerido não exclui abordagens alternativas para a liberalização.

Alguns PEDs, incluindo a China, enfatizaram que o CTE deveria também se concentrar no desenvolvimento das negociações, além de temas como acesso a mercados, questões ambientais e transferência de tecnologia. O Japão já enviou oficialmente uma lista para a reunião de novembro, na qual figuravam produtos como carros elétricos e máquinas fotocopiadoras eficientes. De acordo com delegados da aliança “Parceiros dos Bens Ambientais” – composta por Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos da América (EUA), Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, Taiwan e União Europeia (UE) – o grupo enviará, em breve, uma lista com 153 bens ambientais suscetíveis de liberalização, a qual já foi informalmente apresentada.

### **Brasil obsta progressos nas discussões sobre bens ambientais**

O Brasil afirmou que enviaria um posicionamento mais detalhado em relação ao funcionamento do sistema “petição-oferta”. Um delegado brasileiro reiterou que a redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias sobre bens ambientais dependeria substancialmente das negociações sobre agricultura e bens industriais. Em vista da indefinição nessas duas áreas observada na Rodada Doha, o Brasil afirmou não se tratar do momento apropriado para o estabelecimento de quaisquer prazos para as negociações sobre bens ambientais.

A despeito disso, na semana passada o Brasil definiu, em nota não oficial, um procedimento “petição-oferta” para bens ambientais. Este consiste em um processo de nove etapas, que incluem a apresentação de petições e ofertas iniciais, um período de duas semanas de negociações, uma reunião avaliativa de caráter coletivo e, por fim, o cronograma final.

De acordo com um delegado brasileiro, a liberalização adicional dos bens ambientais constituiria um passo importante na mitigação das mudanças climáticas e corroboraria as metas da Rodada Doha. Nesse sentido, o resultado das negociações sobre bens ambientais deveria proporcionar espaço de manobra política suficiente para que os PEDs estruturassem políticas internas de modo a criar ou fortalecer seus empreendimentos ambientais.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges News Weekly Digest*, Vol.13, No. 35 - 14 out. 2009.

## **BREVES REGIONAIS**

### **Projeto de lei que restringe posse de terras por estrangeiros na Amazônia avança no Congresso**

Em mais uma iniciativa para regulamentar a ocupação de áreas de floresta nativa por estrangeiros, a Câmara dos Deputados aprovou, em 13 de outubro, projeto de lei que disciplina a compra e manutenção de terras na região amazônica por não brasileiros. O novo diploma deve complementar dispositivos legais vigentes.

Além de avaliar sua conformidade à Constituição e às leis, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara apreciou o mérito da proposta. Após tecer ressalvas menores relacionadas à técnica legislativa, o relator, deputado José Genoíno, considerou o teor do documento adequado. Com a aprovação pela CCJ, o projeto seguirá para o Senado.

A proposta impõe duas condições para que os estrangeiros possam adquirir propriedades rurais na Amazônia. A primeira refere-se à extensão do imóvel, que não deve ultrapassar 15 módulos fiscais – aproximadamente 1.500 hectares. A segunda consiste no requisito de residência no país por ao menos 10 anos antes da aquisição.

Há ainda a exigência de que a propriedade seja produtiva, de forma a atender à sua função social. As propriedades adquiridas anteriormente à aprovação definitiva da lei – ainda que maiores do que o limite fixado – poderão ser mantidas, desde que os proprietários comprovem a sua produtividade. Para tanto, o projeto determina a realização de um levantamento dos imóveis rurais ocupados por estrangeiros na região. Caso implementada, esta iniciativa representaria um grande avanço na política de monitoramento da Amazônia.

O projeto conta ainda com um dispositivo de cunho estratégico: é vedada a aquisição de terras situadas na região de fronteira da Amazônia com outros países. A faixa de 150 quilômetros compreendida nesta definição é especialmente relevante para o monitoramento e controle das atividades na região. Nesse sentido, destaca-se a preocupação em combater o tráfico de recursos genéticos naturais.

Em seu parecer, Genoíno destacou trecho de prova apresentada durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) constituída em 2005 para apurar a participação de agentes públicos no tráfico de plantas e animais nativos, conhecida como CPI da Biopirataria. No documento, um anúncio de empresa imobiliária ofertava a estrangeiros a venda de grandes áreas de floresta nativa, supostamente ricas em mogno, minérios preciosos e fósseis de animais.

A preocupação em combater a biopirataria no país não é recente, porém as iniciativas promovidas anteriormente não prosperaram. Desde o projeto apresentado pela senadora Marina Silva, em 1998, observa-se o acúmulo de diversas propostas, sem que uma regulamentação do acesso aos recursos brasileiros de biodiversidade tenha sido aprovada.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Câmara Federal dos Deputados. *Voto do Relator sobre o Projeto de Lei N° 4.440*. (12/08/2009). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/678693.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2009.

---

## Continente africano articula-se para a COP 15

Na esteira dos preparativos para a 15ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), líderes africanos e especialistas em mudanças climáticas reuniram-se em Addis Ababa, Etiópia, para a realização da Segunda sessão técnica da Conferência Ministerial Africana sobre Meio

Ambiente (AMCEN, sigla em inglês). O encontro, ocorrido entre os dias 19 e 23 de outubro, visou à consolidação da posição comum dos países africanos para as negociações climáticas da COP 15, a serem realizadas em dezembro (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, No. 15, disponível em: <http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/54940/>).

No âmbito da reunião, deliberou-se sobre a estrutura dos programas africanos de adaptação e mitigação às mudanças climáticas em nível sub-regional. A ideia é intensificar a coordenação de tais programas por meio da cooperação entre os agentes responsáveis, de modo a difundir mais informações acerca desses programas aos negociadores africanos. Por outro lado, novas diretrizes advindas das negociações deverão influenciar os programas de combate às mudanças climáticas colocados em prática em todo o continente.

No tocante ao posicionamento comum para a COP 15, os participantes destacaram as necessidades específicas da África em matéria de desenvolvimento, as quais devem ser consideradas para que o continente não seja prejudicado pelo regime climático substituto do Protocolo de Quioto. Segundo os líderes africanos, a região é a mais vulnerável face às mudanças climáticas, uma vez que detém menor capacidade de adaptação a tais alterações. Os impactos econômicos da alteração do clima trazem consequências ainda mais devastadoras à África, vez que são acentuados por problemas como elevados níveis de pobreza, fragilidade de instituições, conflitos internos e precariedade de infra-estrutura. Assim, o continente precisa de apoio internacional para adaptar-se às mudanças climáticas e promover ações de mitigação, seja por meio de financiamentos ou da transferência de tecnologia e capacitação.

No contexto da reunião, representantes de vários países africanos firmaram a Aliança Africana para Energias Renováveis, acordo cujo objetivo é aprimorar o fornecimento de energia elétrica no continente e combater as mudanças climáticas, simultaneamente. Dentro da Aliança, os diversos setores – indústria, poder público e sociedade civil – trabalharão em conjunto para tornar a matriz energética da África mais sustentável. O acordo

promove maior troca de informações entre os países africanos acerca da produção de novas tecnologias.

### PNUMA promove cúpula na África

O encontro preparatório para a COP 15 foi precedido pela cúpula “Mudanças Climáticas: um continente, uma voz, uma posição”, promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) nos dias 13 e 14 de outubro em Nairobi, Quênia. A iniciativa do PNUMA constituiu uma oportunidade para congressistas africanos articularem-se tendo em mente o encontro de Addis Ababa e a COP 15.

“O PNUMA tem provido assistência à África no processo de negociação por meio da AMCEN e outras iniciativas nos níveis nacional, sub-regional e regional que contribuiram para a construção da posição do continente”, disse Angela Cropper, diretora executiva suplente do PNUMA.

O presidente queniano, Mwai Kibaki, destacou o papel dos congressistas enquanto criadores da lei. Segundo ele, os legisladores possuem legitimidade para regulamentar políticas que garantam o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente. Ademais, pediu aos legisladores que estabeleçam um posicionamento comum para as questões climáticas, o que poderá incrementar o poder de barganha frente aos países desenvolvidos (PDs) no âmbito da COP 15.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Africa News. *African MPs unite against climate change*. (14/10/2009). Disponível em: <[http://www.africanews.com/site/African\\_MPs\\_unite\\_against\\_climate\\_change/list\\_messages/27440](http://www.africanews.com/site/African_MPs_unite_against_climate_change/list_messages/27440)>. Acesso em: 23 out. 2009.

African News Agency. *New African renewable alliance established*. (15/10/2009). Disponível em: <<http://www.afrol.com/articles/34422>>. Acesso em: 23 out. 2009.

AMCEN. *AMCEN's Work on Climate Change*. Disponível em: <<http://www.unep.org/roa/amcen/docs/AMCEN>

[\\_Events/climate-change/Briefing-Phase2-ClimateChange.pdf](#)>. Acesso em: 20 out. 2009.

United Nations Economic Commission for Africa. *Good Governance is Everyone's Responsibility, ECA Official Says* (21/10/2009). Disponível em: <<http://www.uneca.org/>>. Acesso em: 23 out. 2009.

UNEP. *Africa Climate Change Talks Enter Decisive Week as Lead Negotiators and High Level Experts Gather to Refine Climate Platform and Position towards Copenhagen* (19/10/2009). Disponível em: <[http://www.unep.org/roa/Amcen/Projects\\_Programme/climate\\_change/default.asp?ct=pr-1](http://www.unep.org/roa/Amcen/Projects_Programme/climate_change/default.asp?ct=pr-1)>. Acesso em: 20 out. 2009.

UNEP. *UNEP Hosts African Parliamentarians Summit on Climate Change*. (13/10/2009). Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=599&ArticleID=6345&l=en>>. Acesso em: 20 out. 2009.

---

## Greenpeace adverte sobre fraude em projeto REDD

Um cenário alarmante foi apresentado por um relatório da organização não-governamental (ONG) Greenpeace, divulgado no último dia 15 de outubro. Segundo o estudo, o emprego do mecanismo voluntário de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) em um projeto de proteção florestal na Bolívia estaria causando o aumento das emissões globais de gases de efeito estufa (GEEs). Falhas de avaliação permitiram a geração de créditos de carbono em um montante superior aos níveis de redução efetivamente alcançados, a despeito de as empresas participantes os terem utilizado para manter inalteradas suas atividades poluidoras – houve assim, dupla emissão de GEEs.

Apesar de o documento defender o REDD como um mecanismo essencial para a redução das emissões por desmatamento – e como um tema incontornável nas negociações sobre o clima –, o estudo recomenda uma posição cautelosa e

adverte sobre os riscos de que abusos venham a desvirtuar os propósitos.

Aclamado como um exemplo de bom funcionamento do REDD, o Projeto de Ação Climática Noel Kempff foi implementado na Bolívia em 1997 com o financiamento de três grandes empresas do setor energético. Com o objetivo de preservar um parque florestal durante um período de 30 anos, impedindo a ocorrência de emissões relacionadas ao desmatamento da área, o projeto proporcionou a geração de créditos de carbono no mercado voluntário de REDD, em montante equivalente à redução de emissões aferida. Uma vez distribuídos aos financiadores, os títulos em questão foram empregados como compensação ambiental pela manutenção dos níveis de emissões das atividades regulares das empresas envolvidas.

Todavia, dados levantados pela ONG lançaram sérias dúvidas quanto aos resultados ambientais do projeto: os ganhos com a redução nos níveis de emissões seriam superestimados e sem metodologia coerente; as projeções de emissões divulgadas diferem entre si em mais de 90%; o desmatamento não teria sido evitado de fato, mas transferido para áreas vizinhas (fuga de carbono, ou *carbon leakage*); haveria descumprimento da exigência de “adicionalidade”, pois as emissões teriam sido evitadas mesmo na ausência do projeto, em virtude de mudanças legislativas ocorridas no país; seriam questionáveis os benefícios à comunidade local e o caráter permanente da preservação da área.

O relatório reconhece a grande dificuldade técnica de demonstrar, com dados científicos verificáveis, o nível de emissões evitadas, a ocorrência de fuga de carbono e a ocorrência de “adicionalidade” associada a projetos de REDD. Entretanto, apresenta como argumento central que tais dificuldades são exacerbadas quando o mecanismo em questão se trata de um REDD subnacional, em que a área analisada não se estende por todo um território, mas por áreas de pequena extensão geográfica. Este tipo de mecanismo impõe limitações técnicas que facilitam a ocorrência de arbitrariedades e distorções, na medida em que não há como fixar um nível de referência para a redução do desmatamento caso não haja dados específicos a uma região. Sendo restrita a zona

geográfica em que se consideram as emissões, qualquer avaliação sobre a fuga de carbono será limitada e arbitrária.

Por fim, o relatório associa as grandes divergências entre os números divulgados de redução de emissões e os pareceres conflitantes da certificadora independente SGS – companhia inglesa que, em setembro, teve sua licença suspensa pelos inspetores da Organização das Nações Unidas (ONU), por inabilidade em verificar emissões de projetos que geravam créditos de carbono. O Greenpeace ressalta o efeito nocivo da proliferação de projetos ambientais de baixa qualidade sobre um mercado de carbono em ascensão: escândalos como Noel Kempff podem vir a provocar uma espécie de *subprime* ambiental, minando o valor de títulos e deprimindo todo o mercado.

Reportagem equipe Pontes

Fonte consultada:

Greenpeace. *Carbon Scam: Noel Kempff Climate Action Project and the Push for Sub-national Forest Offsets*. 15 out. 2009. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/usa/news/carbon-scam>>. Acesso em: 26 out. 2009.

## EVENTOS

### Fóruns Multilaterais

#### Fóruns Multilaterais

#### OMC

Local: Genebra, Suíça

Informações:

<[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)>

26 de outubro

Comitê de Avaliação de Mercadorias

26 e 28 de outubro

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais:  
Maldivas

27 e 28 de outubro  
Conselho sobre Aspectos Comerciais dos Direitos de Propriedade Intelectual

28 e 29 de outubro  
Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

30 de outubro  
Conselho sobre Comércio de Bens

2 e 9 de novembro  
Comitê sobre Comércio de Serviços Financeiros

4 e 6 de novembro  
Órgão de Revisão de Políticas Comerciais: União Aduaneira da África Austral

5 de novembro  
Comitê sobre Compromissos Específicos

5 e 6 de novembro  
Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio

6 de novembro  
Conselho sobre Comércio em Serviços

### Unctad

Local: Genebra, Suíça  
Informações:  
<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.aspx?intItemID=2068>>

26 a 29 de outubro  
Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Minérios, Metais e Desenvolvimento Sustentável

26 a 30 de outubro  
Seminário sobre o turismo sustentável  
Local: Luanda, Angola

28 a 30 de outubro  
Encontro de Especialistas sobre os preparativos dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) para a IV Conferência da ONU sobre PMDRs  
Local: Kampala, Uganda

30 de outubro  
Curso Intensivo sobre Temas Importantes da Economia Internacional – Barreiras Não-Tarifárias: as iniciativas da Unctad

2 a 20 de novembro  
Curso Regional sobre Temas Importantes de Economia Internacional na Agenda da Ásia e do Pacífico  
Local: Jacarta, Indonésia

9 a 11 de novembro  
Painel da Comissão sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

---

## Fóruns Regionais

### Mercosul

Local: Montevideu, Uruguai  
Informações:  
<<http://www.mrree.gub.uy/gxpsites/hgxpp001?7,1,699,O,S,0,&seccion=3>>

29 e 30 de outubro  
LXXVII Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum

3 e 4 de novembro  
XLV Reunião Técnica de Incorporação Normativa

3 a 5 de novembro  
IV Reunião para Revisão das Regras para o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM)

4 a 6 de novembro  
Reunião Mercosul-União Europeia  
Local: Lisboa, Portugal

8 a 10 de novembro  
I Reunião do Comitê de Administração Conjunta do Acordo Preferencial de Comércio Mercosul-Índia  
Local: Delhi, Índia

### Cepal

Local: Santiago, Chile  
Informações:  
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividadades/>>

9 de novembro  
Curso de Formação sobre Gestão de Diferenças  
Relativas a Investimentos

## OCDE

Informações:  
<[http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en\\_2649\\_34487\\_32618737\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html)>

26 e 27 de outubro  
Semana Internacional da Energia  
Local: Moscou, Rússia

27 a 30 de outubro  
Fórum da OCDE sobre Estatísticas,  
Conhecimentos e Política: estimulando o  
progresso, construindo visões e melhorando a  
qualidade de vida

4 e 5 de novembro  
Fórum Global sobre Eco-inovações

9 e 10 de novembro  
Conferência: “Inovações para os Desafios Sociais”

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### Livro sobre globalização e democracia

Mike Moore acaba de publicar o livro *Saving globalization: why globalization and democracy offer the best hope for progress, peace and development*. O autor é ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e ex-primeiro ministro da Nova Zelândia (para mais informações, ver: <[www.mike-moore.info](http://www.mike-moore.info)>). Neste livro, Moore traça uma análise da economia globalizada e busca compreender por que, na sua opinião, o “capitalismo democrático” foi bem-sucedido na maioria dos casos. Os interessados em adquirir o livro devem acessar: <[www.wiley.com/buy/9780470825037](http://www.wiley.com/buy/9780470825037)>. Para mais informações, enviar um e-mail a Cynthia Mak (<[cmak@wiley.com](mailto:cmak@wiley.com)>).

### Presidente da Unica participa de palestra na USP

O presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Marcos Jank, participará do seminário “O Brasil e a certificação socioambiental: o caso do etanol”. Jank é engenheiro Agrônomo pela ESALQ, Doutor pela Faculdade de Economia e Administração (FEA) e Mestre em Políticas Agrícolas em Montpellier, França. É também Diretor do Departamento de Agronegócios da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O seminário ocorrerá na FEA da Universidade de São Paulo (USP) em 29 de outubro, das 17h30 às 19h, na Sala A-1 - Prédio FEA 1 - térreo. Os interessados em comparecer ao evento, devem confirmar participação ao e-mail <[mudarfuturo@usp.br](mailto:mudarfuturo@usp.br)>.

### Seminário sobre energias renováveis no Mercosul

Nos dias 15 e 16 de outubro, em Montevideu, Uruguai, foi realizado seminário intitulado “As energias renováveis no âmbito do Mercosul, seus Estados Associados e o cenário internacional: sua dimensão estratégica, produtiva, ambiental e econômica”. O seminário avaliou a eficiência energética nos países do Mercosul. Dentre os temas mais importantes, tratou-se das potencialidades e dos incentivos para o desenvolvimento das energias eólica, solar e de biomassa na região, além do desenvolvimento da agroenergia nos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile. Para maiores informações: <[http://www.mercosur.org.uy/t\\_generic.jsp?cont\\_entid=1398&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.org.uy/t_generic.jsp?cont_entid=1398&site=1&channel=secretaria)>.

### Sequestro de carbono a partir dos mares é objeto de estudo

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) elaboraram conjuntamente um relatório que trata do potencial de sequestro de carbono de oceanos e biomas marítimos. O estudo foi divulgado no último dia 14 e analisou a função de ecossistemas marítimos na captura de emissões diárias de carbono. A proporção alcança

os 50%. Para maiores informações, ver: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=599&ArticleID=6342&l=en&t=long>>.

### **Conama aprova norma para regulamentar pneus inservíveis**

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) aprovou uma nova norma para regulamentar a destinação de pneus sem utilidade. Para cada pneu comercializado, outro precisará ser recolhido, além de receber destinação ambientalmente adequada. Os fabricantes e importadores são responsáveis pela coleta, que deverá ser ofertada ao consumidor sem qualquer custo, no momento da troca por um pneu novo. O Cadastro Técnico Federal estará encarregado de receber anualmente a comprovação do descarte realizado. Mais informações em: <[http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=a\\_scom.noticiaMMA&codigo=5192](http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=a_scom.noticiaMMA&codigo=5192)>.

### **ACWL abre vaga para consultor sobre OMC**

O Centro Consultivo sobre Direito na OMC (ACWL, sigla em inglês), organização internacional de caráter público, abriu processo de seleção para uma vaga de consultor. Independente da OMC, o ACWL foi estabelecido em 2001 com o objetivo de oferecer consultoria legal sobre as normas da referida Organização, treinamento sobre tais normas a países em desenvolvimento (PEDs) e desenvolvidos (PDs) e apoio em procedimentos de soluções de disputas na OMC. Dentre as funções do consultor, destaca-se a elaboração, sob a supervisão do diretor executivo do ACWL, de documentos de posição sobre temas relacionados à OMC, bem como documentos de encaminhamento e posicionamento direcionados a painéis e ao Órgão de Apelação. Além disso, o consultor conduzirá programas de treinamentos no âmbito do ACWL. Os interessados devem ter Bacharelado em Direito, ao menos três anos de experiência prática em normas da OMC, boa compreensão de temas econômicos pertinentes à Organização, inglês fluente e habilidade em comunicação e apresentação, entre outras características. O processo de candidatura envolve o preenchimento de ficha disponível em <[www.acwl.ch](http://www.acwl.ch)>. Esta deve ser enviada com os demais documentos

especificados no *site* até 31 de outubro ao endereço: The Executive Director; Advisory Centre on WTO Law (ACWL); Avenue Giuseppe-Motta 31-33; Case Postale 132; 1211 Geneva 20; Switzerland. Para mais informações, ver: <[www.acwl.ch](http://www.acwl.ch)>.